

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM SAÚDE COM  
HABILITAÇÃO EM GERÊNCIA EM SAÚDE  
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO  
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Ariane Rodrigues Cardoso

A EDUCAÇÃO POPULAR VOLTADA PARA O APRENDIZADO DOS SURDOS

Rio de Janeiro

2019

Ariane Rodrigues Cardoso

## A EDUCAÇÃO POPULAR VOLTADA PARA O APRENDIZADO DOS SURDOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Gerência em Saúde.

Orientador: Ronaldo dos Santos Travassos

Rio de Janeiro

2019

Ariane Rodrigues Cardoso

A EDUCAÇÃO POPULAR VOLTADA PARA O APRENDIZADO DOS SURDOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Gerência em Saúde.

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

(Ronaldo dos Santos Travassos - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio)

---

(Carla Cabral Carneiro – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio)

---

(Ingrid D´Avilla Freire Pereira - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio)

## **AGRADECIMENTOS**

Tenho muita sorte e gratidão por ter recebido tanto apoio na escolha de tema por parte do meu orientador, Ronaldo Travassos. Agradeço por ter acreditado em mim, pela sua ajuda e seu encorajamento durante esse tempo. Suas orientações e seus ensinamentos ao longo desse ano me fizeram crescer e enxergar de fato o que é uma educação libertadora e progressista. Foi um prazer imensurável ser sua orientanda.

Aos funcionários do Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde (LABORAT).

A todas as outras pessoas que de alguma forma me incentivaram e me alegraram quando eu mais precisei. Seja você da minha família, minhas amigas, meu melhor amigo e aos colegas do curso de Libras.

A escola X que cedeu generosamente seu espaço para a realização da observação e aos alunos surdos que me permitiram entrar em sua vida escolar.

Por fim, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e aos professores por apoiar não só o meu, mas qualquer tema que seus alunos tenham interesse.

*"Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes". (Paulo Freire)*

## RESUMO

A Educação Popular baseada na pedagogia freiriana parte do universo vocabular, das palavras geradoras e do diálogo entre o educador e educando visando a troca de conhecimentos, ou seja, “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1985, p. 11). Este método pedagógico traz um ponto de vista crítico sobre o mundo, rompendo com os moldes do modelo de ensino tradicional. Entretanto, a maioria das escolas adota um sistema pedagógico autoritário e vertical, e com a educação da pessoa surda não é diferente. A pedagogia aplicada aos surdos é pouco inovadora e feita de forma tradicional, ou seja, o aluno é um ser passivo e sem conhecimento no processo de aprendizagem. Diante disso, utilizando os fundamentos da Educação Popular, investigou se formas de contribuir com a educação dos surdos, para que eles possam ter mais protagonismo, autonomia e tornarem-se mais conscientes no processo de ensino-aprendizagem. Para isto, utilizou-se o estudo bibliográfico e a observação participante. Palavras-chave: Educação Popular. Educação de surdos. Educação Bilíngue. Língua de sinais.

## SUMÁRIO

1. <b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
2. <b>OBJETIVOS</b> .....	11
3. <b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	12
3.1 Pesquisa Bibliográfica.....	12
3.2 Observação Participante.....	13
4. <b>UM BREVE HISTÓRICO DA POPULAÇÃO SURDA: sociedade e aprendizado</b> .....	16
5. <b>A ATUAL EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO CONTEXTO BRASILEIRO</b> .....	21
5.1 – Libras e Saúde.....	22
6. <b>AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA A EDUCAÇÃO DOS SURDOS</b> .....	24
6.1 A educação popular na escola pública.....	24
6.2 O tema gerador como caminho para a educação dialógica.....	25
6.3 O círculo de cultura como prática pedagógica na educação dos surdos.....	26
6.4 Como criar uma proposta de educação dialógica na educação escolar para as pessoas surdas?.....	27
7. <b>CONCLUSÃO</b> .....	31

8. REFERÊNCIAS  
BIBLIOGRAFICAS.....32

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, o processo de escolarização sofreu transformações com a universalização do acesso dos sistemas de ensino e com isso novas indagações surgiram como a questão da inclusão dos deficientes.

Ao observar a educação dos surdos no Brasil, vemos que foi durante o Brasil Império que se iniciou a inclusão dos surdos com a criação do Instituto dos Surdos Mudos, no Rio de Janeiro, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES.

Prevista na Constituição Federal do Brasil (art. 205) “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Além disso, pensando em uma educação inclusiva é posto no artigo 208 (inciso III) que o ensino aos deficientes deverá ser de preferência em escolas regulares. (BRASIL, 1988)

A partir de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atual Lei nº 9.394/96 foi reforçada a necessidade de inclusão e atendimento pedagógico às pessoas com deficiência. (BRASIL, 1996)

Em 2008, como forma de incluir e pensar em alternativas de educação, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial, publicou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Esta tem como propósito assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência e, com isso, pretende garantir: o ensino regular até os níveis mais elevados da educação e o atendimento especializado com professores capacitados e demais profissionais necessários (DUTRA et al, 2008, p.14).

De acordo com a política citada, atualmente a educação dos surdos é feita em modalidade bilíngue – Língua Portuguesa/LIBRAS (sendo a primeira apenas no modo escrito), em salas mistas de ouvintes e surdos e com a presença de um intérprete para ajudar na mediação. No entanto, ainda não é um ensino com total funcionamento e de qualidade uma vez que as relações construídas dentro de sala são limitantes entre o surdo e o (a) intérprete e a própria política retifica esta condição ao discorrer que “[...] na medida do possível, o aluno surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular”. (DUTRA et al, 2008, p.17) Ou seja, o desenvolvimento social e educacional fica prejudicado.

Pensando em uma prática educativa mais inclusiva e que possibilite outras inter-relações, acredita-se que a Educação Popular possa ajudar nesta condição. Isto porque a Educação Popular é um método proposto por Paulo Freire que parte do diálogo e do

conhecimento compartilhado entre o educador e educando, e acredita na autonomia do indivíduo e na educação como um ato político de troca.

Frente a essas questões a ideia de articular a educação dos surdos e a educação popular surgiu por duas vivências minhas: no meu segundo ano do Ensino Médio Técnico realizado na EPSJV, a grade curricular integrou o Trabalho de Integração - T.I como mais uma forma de aprendizado a Introdução à Educação Politécnica - IEP. A disciplina que eu escolhi foi a Educação Popular em Saúde que tem o objetivo, segundo o PNEPS-SUS (2013) “a prática voltada para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde a partir do diálogo entre a diversidade de saberes populares, a ancestralidade, a produção de conhecimentos e a inserção destes no SUS”. (BRASIL, 2013)

O T.I tratou da biografia do professor Paulo Freire e da construção da Educação Popular no SUS - EdPopSus. Tendo abordado alguns princípios da pedagogia freiriana como a pesquisa do universo vocabular e as palavras geradoras, vi por documentários e pelas visitas realizadas durante o T.I a prática deste método.

Considerando que a Educação Popular pode contribuir com a formação educacional da sociedade, a população surda sempre foi uma pauta em minha vida, pois tenho em minha família uma pessoa surda e ao longo do tempo meu interesse se intensificou. Somado a isso, vejo que a área da educação voltada para os surdos é pouco debatida e quero propor essa discussão juntamente com a Educação Popular para que se pense em metodologias alternativas de educação para a comunidade surda.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

- Investigar as possibilidades de contribuição baseada na pedagogia freiriana para a educação dos surdos.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Revisar a literatura histórica do mundo acerca da educação dos surdos.
- Identificar a atual educação dos surdos no sistema escolar no município do Rio de Janeiro.
- Compreender o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos em turmas mistas e sua interação com os demais alunos e o corpo docente.
- Utilizar a observação participante como um caminho que leva o investigador ter uma visão mais real e completa do campo observado.
- Identificar novos caminhos que nos direcionam aos procedimentos pedagógicos da educação dos surdos a partir dos princípios da Educação Popular.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo deste tema foi realizado a partir da pesquisa bibliográfica e do método da observação participante que consiste em se aproximar da realidade da pesquisa, ouvir, assistir e examinar acontecimentos relacionados ao estudo.

#### 3.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica, diferente do imaginário não é apenas um estudo de revisão bibliográfica e quando vista desta perspectiva pode gerar uma má qualidade na pesquisa. De acordo com Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica é feita a partir de um desenvolvimento minucioso que depende de várias etapas, a fim de obter soluções voltadas ao objeto de estudo. Sendo assim, esse tipo de pesquisa também é importante, pois através de novas questões e problemáticas busca responder, acrescentar ou até transformar um campo de estudo.

Essa etapa da pesquisa possui como característica a possibilidade de acesso a diversos dados e materiais bibliográficos, proporcionando uma melhor escolha de acordo com o seu estudo.

Como a escolha dos dados é um componente fundamental na pesquisa bibliográfica, devem ser adotados critérios que ajudem a delimitar o estudo, como buscar textos que se relacionam com o objeto de estudo, o idioma que será adotado, as fontes e o tempo a ser pesquisado.

Para o desdobramento da metodologia, segundo Salvador apud Lima e Miotto (2007), é importante seguir um processo de quatro etapas. A primeira etapa consiste em produzir um projeto, ou seja, escolher um tema e pensar em alguma problemática. A próxima etapa é a investigação das soluções, que propõe reunir a bibliografia e as informações contidas nela, para que em seguida possa estudar as informações observando sempre a qualidade do material. A terceira etapa é a análise das soluções cujo propósito é compreender de forma crítica os documentos. Logo, esta etapa não é mais para o levantamento da bibliografia e sim para desenvolvimento da pesquisa. Por último, a síntese integradora, que tem por objetivo reunir todas as outras etapas, a fim de refletir e propor soluções às questões presentes no objeto de estudo.

Em vista disso, podemos afirmar que a pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa importante para a produção de conhecimentos, que exige atenção e disciplina para auxiliar na fundamentação, na análise e posteriormente na solução das informações.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados sites de notícias/informações, a Biblioteca Emília Bustamente (BEB), documentos institucionais e a plataforma Google Acadêmico. A escolha destas fontes de dados possui relevância, pois reúnem artigos científicos, informações e livros que me auxiliaram no objeto de estudo.

Os descritores utilizados no levantamento bibliográfico foram: Educação dos surdos, surdez, histórico e língua de sinais.

### 3.2 Observação Participante

A observação participante é uma técnica que busca por meio do investigador ter uma visão mais real e completa de algo. Situada dentro do conjunto de metodologias qualitativas, este método humanista permite a participação mais ativa, a identificação de problemas e o melhor entendimento da realidade estudada diferentemente de entrevistas ou auto avaliação.

De acordo com Mónico et al (2017) a observação é utilizada em estudos exploratórios com a concepção de que só por meio do aprofundamento no cotidiano de um grupo social poderá entendê-la.

O método de Observação Participante é essencialmente apropriado para estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos que visam a generalização de teorias interpretativas. Habitualmente recorre-se à Observação Participante com o propósito de elaborar, após cada sessão de observação, descrições “qualitativas”, de tipo “narrativo” que permitem obter informação relevante para a investigação em causa (exemplificando, formulação de hipóteses de investigação, auxílio à elaboração ou adaptação de teorias explanatórias, conceção de escalas de medida dos constructos em análise). (MÓNICO et al, 2017, p. 726).

Os pensadores da observação participante propõem à imersão frequente e prolongada do investigador na vida dos grupos, com isso pretende-se observar fatos e hábitos que não ocorreriam ou que seriam adulterados na presença de estranhos.

Como parte do desenvolvimento, o investigador possui o privilégio de ter um contato mais direto com o grupo, possibilitando ter uma compreensão mais fidedigna da realidade. É imprescindível que a nota de campo seja utilizada, pois é um instrumento relevante para o observador produzir posteriormente descrições para o trabalho.

Caracterizada com uma metodologia adequada para investigar as atividades em seu meio natural, esta técnica requer que o observador possua treino, paciência e atenção.

Para a realização, esse método dispõe de diferentes tipos de atuação sendo elas capazes de auxiliar no envolvimento do observador. São eles: 1) A participação alta é subdividida em 3: completa, ativa e moderada em seu conjunto. Apresentando como característica um grande envolvimento na observação e não na participação. A participação completa é preciso ter atenção no percurso, pois quanto mais se entende mais trabalhoso/completo é o estudo. O segundo subtipo busca observar e posteriormente aprender sobre o comportamento do grupo. Por último, o subtipo moderada pressupõe o equilíbrio entre ser observador e participante. (MÓNICO et al, 2017).

2) A participação passiva tem por objetivo observar sem alterar a realidade investigada possibilitando um valioso acervo para a ciência futuramente. 3) A última forma de envolvimento é a não participação logo, o observador não possui contato com o grupo. É exclusivamente através da observação que são colhidos os dados. (MÓNICO et al, 2017).

Com a finalidade de distinguir a observação da observação participante, Spradley (1980) definiu seis diferenças a serem notadas: a) O duplo propósito sugere que o observador participante faça as atividades, veja e registre todas as informações. b) A atenção explícita tem como foco observar todos os aspectos que normalmente não são notados no cotidiano.

c) Sendo chamada de lente de ângulo aberto, a terceira diferença consiste de o observador ter uma visão mais ampla da realidade. d) A experiência de insider e outsider faz com que o observador participante seja ativo nos dois sentidos, ou seja, que ele analise e participe da situação. e) A introspecção aconselha a se fazer uma reflexão acerca dos acontecimentos a fim de obter mais esclarecimentos. f) As anotações sendo a última sistematizada define que o observador participante indique o seu grau e o tipo de envolvimento a ser realizado. A partir disso, propõe se registrar informações objetivas e subjetivas.

Os proveitos que se tem ao aplicar a observação participante são inúmeros como, adquirir informações mais profundas e estudar grupos específicos por este método. Esta característica está ligada diretamente ao privilégio de observar e imergir no campo de estudo possibilitando uma observação mais focada diminuindo os pré-julgamentos.

O observador precisa ter uma seletividade do que busca. Outro ponto em discussão por muitos autores é a possibilidade da presença do observador afetar a realidade pesquisada, ou seja, os indivíduos podem agir com menos espontaneidade. Segundo Mónico (2017) a presença do observador equivale a uma câmera filmadora.

Considera-se, portanto, que a Observação Participante seja uma metodologia utilizada para diversos estudos tornando-se importante para a produção de conhecimento a fim de capturar todo o processo de estudo.

A observação deste objeto de estudo foi realizada em uma escola municipal localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, sendo um dos três polos surdos da região. A duração foi de duas semanas visto que o tempo para a conclusão do TCC estava curto. As observações foram realizadas apenas em turmas mistas com o propósito de analisar e correlacionar com três fundamentos da Educação Popular: tema gerador, círculo de cultura e educação dialógica.

#### **4 UM BREVE HISTÓRICO DA POPULAÇÃO SURDA: sociedade e aprendizado**

Pensando no processo de aprendizagem dos surdos, os acontecimentos percorrem diferentes períodos históricos. Para compreender como se constituiu a história dos surdos, precisamos voltar ao passado e entender o contexto social vivido (STROBEL, 2009).

Não há muitos relatos sobre a vida dos deficientes na Pré-História. As informações encontradas nos dizem que a forma como eles existiam era igual aos ouvintes, dependiam exclusivamente de si e de sua força, pois com o ambiente hostil que viviam a saúde era um componente crucial para a sobrevivência. Caso possuíssem alguma fragilidade, os grupos primitivos os matavam em razão da mesma.

Foram descritas inúmeras barbaridades no período da antiguidade contra os surdos visto o preconceito e a falta de informação dos ouvintes. Segundo Duarte (2013, p. 1717), “na Antiguidade, a saúde era vista principalmente pela perspectiva mítica, segundo a qual a doença era decorrente de maldições dos deuses ou de feitiçaria. Os doentes eram tratados pelos ‘sacerdotes médicos’, que intermediavam entre as divindades e o doente. As pessoas com deficiência ficavam subordinadas a essa perspectiva”.

No Egito, os surdos eram vistos como seres divinos, pois acreditavam que se comunicavam com os deuses em silêncio. Eram tratados com respeito e adorados, mas possuíam uma vida estagnada e sem escolarização. Informações históricas afirmam que na Roma e na Grécia os surdos eram considerados seres inválidos e castigados, por esse motivo eram lançados no rio ou escravizados (STROBEL, 2009).

Segundo Strobel (2009) durante o ano de 368 a.c, Sócrates conversando com um de seus discípulos, ponderou que se não tivéssemos voz teríamos que indicar os objetos com as mãos como os surdos-mudos. O filósofo Hipócrates declarou que, sem o controle e a mobilidade da língua, os surdos não teriam clareza na fala, além do mesmo não associar a fala à audição.

Um relato feito por Aristóteles diz que a audição era um dos órgãos mais importantes para se atingir a consciência humana. Logo, quem não falava não poderia ter conhecimento e muito menos possuir pensamento e razão (DUARTE, 2013; STROBEL, 2009). De acordo com Aristóteles “[...] de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento [...], portanto, os nascidos surdos-mudos se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão” (STROBEL, 2009, p. 18).

A idade média foi marcada por inúmeros casos de exclusão na vida dos surdos. A Igreja, por exemplo, proibia-os de receber a comunhão, pois alegavam serem incapacitados de confessarem seus pecados. Havia também decretos e leis contra o casamento entre surdos, a votação e o direito de receber heranças.

Durante a idade moderna, Girolamo Cardano, um médico sacerdote, nascido em Pádua – Itália defendia a ideia de que os surdos apresentavam aptidão para a educação e se propôs a ensiná-los visto que esta população não era considerada apta, pois a oralidade era de extrema importância naquela época. Girolamo utilizava como método à escrita e os sinais e, com isso, fez com que os surdos pudessem ter uma inclusão na sociedade, tornando-se um marco na história dos surdos. Cardano afirmava que “... a surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de aprender é através da escrita... e que era um crime não instruir um surdo-mudo” (STROBEL, 2009, p. 19).

A partir do século XVI, a preocupação com a aprendizagem dos surdos cresceu. Foi na Espanha que se iniciou a educação formal com o monge Pedro Ponce de Leon. A primeira escola para surdos era situada em um monastério de Valladolid – Espanha que ensinava latim, italiano, datilografia, escrita, oralização etc. A educação foi direcionada para famílias nobres com o propósito de serem reconhecidos pela lei a fim de herdar a herança de seus pais. Diversos educadores pesquisaram a respeito da educação dos surdos e contribuíram com suas descobertas. Entre eles, Juan Bonet, John Bulwer, John Wallis e Johann Ammann. (STROBEL, 2009).

Entre 1700/1755, o abade Charles Michel de L’Epée transformou a educação dos surdos quando começou a aprender a língua de sinais com os pobres surdos da França. Em seguida, começou a ensinar outros surdos proporcionando uma mudança ao redor. L’Epée alegava que os surdos eram cidadãos como qualquer outro e acreditava que eles deveriam aprender visualmente visto que já possuíam uma linguagem própria, utilizando-a com outros surdos expressando suas vontades e seus desejos. Logo, ao adotar sua linguagem poderia ensinar a língua francesa. Mais tarde, criou a primeira escola pública coletiva chamada Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris. (STROBEL, 2009)

Com uma visão humanista e democrática, Charles nunca quis enriquecer com seus métodos, ensinava crianças de várias classes sociais a fim de cumprir com seu papel de religioso. Seu êxito na educação dos surdos fez com que recebesse reconhecimento do rei da França e do Imperador José II. No entanto, Charles ainda era denegrado/caluniado, pois

afirmavam que seus alunos não aprendiam e nem tinham capacidade para tal. Charles Michel de L'Épée disseminou seus estudos para o resto do mundo e suas contribuições para a aprendizagem das pessoas surdas serviu de exemplo para outros educadores e países, tornando-se assim um precursor na educação dos surdos.

A idade contemporânea foi marcada por novas contribuições oriundas de diferentes países. Nos Estados Unidos da América, o educador Thomas Hopkins Gallaudet conheceu uma menina surda chamada Alice Gogswell que não possuía uma escola especializada em surdez capaz de ensiná-la. Tendo se comovido com a situação, Hopkins se juntou ao Dr. Gogswell, pai de Alice, e juntos pensaram na possibilidade de abrir uma escola para surdos. (STROBEL, 2009)

Buscando entender sobre o ensino dos surdos, Thomas H. Gallaudet procurou vários trabalhos acerca da educação dos surdos, mas diante do sigilo, não conseguiu êxito em conhecer os métodos utilizados. Principalmente na Inglaterra na escola “Watson’s Asylum” (uma escola onde os métodos eram secretos, caros e guardados a sete chaves). Gallaudet a partir disso, foi buscar novas informações em outros países.

Foi no Instituto Nacional dos Surdos-mudos de Paris que conseguiu aprender a língua de sinais francesa e os métodos de ensino utilizados. Em 1817, ao voltar ao EUA, levou consigo o professor surdo Laurent Clèrc. Com ele fundou a primeira escola única para os surdos a “American School for the Deaf” com o método simultâneo da língua de sinais francesa e da estrutura oral, adaptada à língua inglesa. Essa junção tornou os professores Gallaudet e Clèrc, os fundadores da American Sign Language – ASL (DUARTE et al, 2013, p. 1722). Mais tarde as escolas públicas americanas passaram a utilizar o método ASL, que naturalmente sofreu a influência do Método Francês Sinalizado. Em 1864, Edward Gallaudet, filho de Thomas Hopkins Gallaudet, inaugurou a primeira universidade para surdos em Washington realizando assim, um sonho de seu pai.

Um fato marcante nessa época foi a morte do professor francês Laurent Clèrc, considerado um dos grandes disseminadores da língua de sinais na educação escolar. A situação política social era de discriminação e intolerância com as minorias linguísticas, religiosas e étnicas. Os ouvintes passaram a recusar o desempenho da aprendizagem dos surdos com os métodos que priorizavam a língua de sinais, levando a sociedade a se contrapor a minoria surda e como consequência a negação da comunicação visuoespacial. (DUARTE et al, 2013)

Com o passar do tempo, com os avanços tecnológicos, o médico Max A. Goldstein “foi o primeiro médico a usar próteses elétricas nas escolas de surdos, pois com os grandes avanços da otologia havia a possibilidade de estimular a audição residual dos seus pacientes” (DUARTE et al, 2013, p. 1723). Com isso, inúmeros professores passaram a adotar a língua oral no aprendizado dos surdos.

Vale ressaltar que no II Congresso Internacional de Surdo-Mudez (1880) em Milão, votou-se e aprovou-se o método oral ser utilizado nas escolas. Os argumentos usados para não utilizar a língua de sinais eram que dificultava a capacidade de fala deles e os tornavam preguiçosos. Para o método ser aprovado, os professores surdos foram impedidos de votar e a maioria a favor eram professores ouvintes (DUARTE et al, 2013, p. 1723).

Com o movimento oralista<sup>1</sup>, a educação dos surdos deixou de ter uma função pedagógica para direcionar os movimentos de reabilitação com treinos auditivos onde todos os sinais sonoros pudessem ser recebidos e transformados em informação orofacial. O grande incentivador desse movimento foi Alexander Graham Bell, defensor da eugenia e do ensino da língua oral, e o principal desarticulador da língua de sinais como língua natural dos surdos com o argumento de que a população surda formaria pequenos grupos tornando-se apenas uma especificidade da raça humana.

Com a chegada do séc. XX, diversas escolas haviam deixado de usar a língua de sinais, devido às resoluções do congresso internacional de surdo-mudez, mas, apesar da proibição, os surdos continuaram utilizando a língua de sinais para se comunicarem. Diante disso, por quase todo o século, a língua de sinais foi inferiorizada e o império oralista prevaleceu.

Por volta de 1960, o movimento oralista sofreu diversos ataques por conta dos seus impedimentos com destaque para a 2ª resolução do Congresso de Milão que diz: “o uso da língua gestual em simultâneo com a língua oral, no ensino de surdos, afeta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a língua articulada pura deve ser preferida” (DUARTE et al, 2013, p.1723). Na década de 1970, pesquisas linguísticas buscaram afirmar que a língua de sinais possui sua singularidade e é de suma importância para população surda. Essas pesquisas comprovaram que a língua de sinais possui complexidade tanto quanto a língua oral. Nos EUA, com as pesquisas desenvolvidas surgiu uma filosofia educacional

---

<sup>1</sup> Movimento oralista é um método que consiste em ensinar os surdos a se comunicarem através da fala e da leitura labial.

chamada de comunicação total, que propõe desenvolver o cognitivo, a língua oral e de sinais e o socioemocional.

Dessa disputa entre o oralismo e a língua de sinais, prevaleceu o bilinguismo, cujo princípio pedagógico era que o surdo fosse bilíngue com o propósito de iniciar ainda como criança as duas línguas, a de sinais e a oral de origem materna. Com isso, pretendiam-se estimular o uso de ambas as línguas, o que facilitaria a comunicação dos surdos com o mundo em sua volta.

## 5 A ATUAL EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Com as lutas a favor da língua de sinais, o processo de evolução da educação dos surdos, no Brasil, se deu durante a monarquia, quando um professor surdo de Paris, Hernet Huet, chegou aqui com a missão de construir uma escola para os surdos com o aval de D. Pedro II. Fundou-se, em setembro de 1857, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos atual Instituto Nacional dos Surdos - INES, possibilitando uma educação especializada para os surdos. Assim, a partir da mistura da língua de sinais francesa e com o sistema de várias regiões do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais foi criada. A partir de 1911, o INES adotou a linguagem oralista, que tinha predominância nos países da Europa e nos EUA. Com isso, alterou-se a aprendizagem dos surdos para o domínio da linguagem oralizada.

Durante os anos 1980 e 1990, a língua de sinais não era reconhecida e o oralismo ainda se fazia presente nas escolas especiais que adotavam uma perspectiva de que os surdos eram pessoas incapacitadas.

A visão de quem é o surdo não deve estar pautada na visão médico-organicista. O paradigma do *deficit* precisa ser abandonado, assim como a marca histórica de deficiência e inabilidade que ele sustenta. Para Ciccone (1990, p.20), “o surdo é mais do que simplesmente um sujeito que não pode ouvir”. Ele apreende o mundo pelas vivências e experiências visuais, utiliza uma língua visuoespacial, capta as informações através da integridade sensorial que possui e se expressa pelas mãos ao usar a língua de sinais. Língua essa que lhe permite interagir com seus pares e com as demais pessoas que a dominem (DUARTE et al, 2013, p.1728).

A partir do desdobramento da educação dos surdos, em 1994, a Organização das Nações Unidas - ONU reafirmou o seu compromisso com a Declaração de Salamanca que incentivou políticas em prol da educação especial. O documento orientou o fim da exclusão, a inclusão de todas as crianças e jovens resultando em um melhor desenvolvimento e suporte necessário para os que precisam.

A luta do povo surdo resultou na lei n.10.436 de abril de 2002 que determina a Libras como língua oficial dos surdos (BRASIL, 2002). A Libras é uma língua visuoespacial que permite o surdo receber uma informação pela visão e se expressar pelas mãos, no espaço neutro. O decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a lei inclui a educação bilíngue utilizando a Libras como L1<sup>2</sup> e a Língua Portuguesa como L2<sup>3</sup>, no modo escrito, a inclusão da língua

---

<sup>2</sup> L1 é a abreviatura de primeira língua ou língua materna.

<sup>3</sup> L2 é a abreviatura de segunda língua.

como disciplina no currículo de professores e fonoaudiólogos e a formação de intérpretes juntamente com a presença deles nos espaços públicos (BRASIL, 2005).

A língua de sinais como um meio de comunicação da população surda expressa um sentimento de pertencimento de uma cultura surda, que se constitui num grupo social com identidade linguística própria e normas sociais que diferem dos ouvintes por seguir processo comunicativo diferente da cultura dominante. Assim, os indivíduos surdos

[...] vivem em uma cultura diferente da cultura hegemônica dos sujeitos ouvintes: cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. (STOBEL apud DUARTE et al, 2013, p. 1729)

Como já acentuamos, a língua de sinais é considerada pela linguística com todas as características que conferem a valorização da língua, mesmo considerando que as normas e as regras da língua de sinais diferem da língua oral. A língua de sinais é a característica principal da cultura surda considerada pelos estudos culturalistas uma forma de estabelecer as fronteiras políticas e sociais do movimento cultural dos surdos. Esse movimento cresceu na medida em que os países regulamentaram a utilização da língua de sinais como uma língua oficial da comunidade surda<sup>4</sup>.

### 5.1 Libras e Saúde

São reconhecidas as dificuldades dos surdos ao buscar assistência à saúde, eles se deparam com a precariedade na acolhida, na informação de dados e nas dificuldades na comunicação em virtude dos profissionais de saúde não estarem preparados para atendê-la. Essa realidade enfrentada pelos surdos exige a criação de programas de saúde adequados e adaptados às suas necessidades, sem discriminação como forma de integrar a participação de todos no atendimento à saúde da população surda.

Com a regulamentação da Libras como língua da população surda do Brasil pelo decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, estabelece que:

**Art. 25.** A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de

---

<sup>4</sup> É a representação de uma identidade com forma peculiar de apreender o mundo que as reconhecem como tal, terem sua própria língua, regras de comportamento, valores e suas tradições. (GONÇALVES; FESTA, 2013 p.6)

assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

**I** - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;

**II** - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;

**III** - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;

**IV** - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;

**V** - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;

**VI** - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;

**VII** - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;

**VIII** - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;

**IX** - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

**X** - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

Com a inserção do decreto tornou-se possível abranger as políticas públicas de saúde, educação, lazer e trabalho reivindicada pelo movimento de luta, que rompeu barreiras e dificuldades das pessoas surdas aos benefícios sociais.

## 6 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA A EDUCAÇÃO DOS SURDOS

A observação foi realizada em uma escola pública da rede municipal situada na zona oeste do Rio de Janeiro. Com um total de oito alunos surdos, o ensino se divide em dois turnos com turmas do 1º ano, 3º ano e 5º ano do ensino fundamental.

Com o objetivo de incluir os surdos na classe regular, as quatro turmas mistas possuem aula de Libras e convivem também com um intérprete e um instrutor surdo. Como já citado, os alunos surdos são distribuídos em quatro turmas sendo duas no período matutino e duas no vespertino. Compostas por aproximadamente 40 alunos, o período matutino possui as turmas 1301 e 1501 com um e dois alunos surdos, respectivamente. À tarde, as turmas 1102 e 1502 possuem três e dois alunos surdos, respectivamente.

Os professores da escola X possuem um perfil mais voltado à educação infantil sem especialidade na educação especial, lecionam mais de uma matéria para diversas crianças. A escola possui duas intérpretes que mediam as quatro turmas com o auxílio de um instrutor. O intérprete segundo Gonçalves e Festa (2013, p.4) é caracterizado por realizar “[...] a tradução da Língua de Sinais para o português e o seu inverso, para que haja a comunicação entre o professor ouvinte e o aluno Surdo”. Por sua vez, o instrutor surdo tem como objetivo ensinar Libras aos alunos surdos e ouvintes, esclarecer questões que favoreçam a aprendizagem do aluno surdo e reforçar os conteúdos ensinados em horário regular na sala de recursos multifuncionais<sup>5</sup> em outro turno.

### 6.1 A Educação Popular na escola pública.

Ao pensar sobre o público que frequenta as escolas públicas, nesse caso especificamente os surdos, assim como, os ouvintes, reconhecemos que são oriundos das classes populares, no entanto a educação realizada neste espaço não corresponde às suas necessidades pedagógicas e sociais. Por outro lado, vimos à oportunidade na escola pública, que educadores populares podem ser reconhecidos como atores importantes para superar a discriminação dos surdos na educação escolar. Por isso, educação popular na escola pública não pode ser um apêndice, pois ela é uma forma de luta política.

---

<sup>5</sup> Sala de recursos multifuncionais – auxilia para melhor compreensão das matérias utilizando imagens, jogos, funções motoras, cognição etc.

A educação popular tende a aparecer, primeiro, como alguma modalidade agenciada e profissional de extensão dos serviços da escola a diferentes categorias de sujeitos dos setores populares da sociedade, ou a grupos sociais de outras etnias, existentes nela ou à sua margem. Ou então educação popular denomina, depois, os tempos e tipos de luta de políticos e intelectuais para que uma tal educação escolar seja de algum modo estendida ao povo (BRANDÃO, 2015, p. 17).

No nosso entendimento, os espaços públicos tornam-se um campo de disputa permanente que estão impregnados pela ideologia dominante, e que se reproduzem em suas práticas. Por isso, devem ser permanentemente disputados e construídos com base nos princípios da Educação Popular. Vale destacar, a atuação de Freire enquanto secretário de educação:

[...] quando fui Secretário de Educação da cidade de São Paulo, obviamente comprometido com fazer uma administração que, em coerência com o nosso sonho político, com a nossa utopia, levasse a sério, como devia ser, a questão da participação popular nos destinos da escola, tivemos, meus companheiros de equipe e eu, de começar pelo começo mesmo. Quer dizer, começamos por fazer uma reforma administrativa para que a Secretaria de Educação trabalhasse de forma diferente (FREIRE, 2018, p.74).

Reconhecemos a resistência da educação popular na educação escolar ou como políticas de educação desenvolvida pelo Estado nos espaços públicos. De outra forma, devemos travar uma disputa política no sentido da construção de espaços, que atendam aos interesses das classes populares.

## 6.2 O tema gerador como caminho para a educação dialógica.

O tema gerador como prática educativa na educação dos surdos, exige uma educação escolar inserida na realidade daqueles que a vivenciam, leva a pensar em uma escola que não se separa do mundo, tampouco dos muros que a cercam e só poderá ser compreendida e praticada se for assim “idealizada” e pensada pela comunidade escolar – educadores, educandos, gestores, melhor dizendo, com os sujeitos sociais. Sobre isso, Freire afirma:

É importante reenfatar que o tema gerador não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homens – mundo. Investigar o tema gerador é investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seus atuar sobre a realidade, que é a sua práxis. Quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela (FREIRE, 2011, p. 136 e 137).

Entendemos que há distanciamento da educação formal com os fundamentos da educação popular já que o processo de ensino-aprendizagem, realizado com tema gerador nas turmas mistas, poderia favorecer a relação entre alunos ouvintes e surdos, pois surgem da problematização da realidade, do cotidiano escolar e da vida da comunidade.

Na primeira turma observada, composta por aproximadamente 40 alunos, notamos total indiferença com os dois alunos surdos, ocasionado por uma educação bancária sem qualquer perspectiva de mudança na relação educador-educando. A professora para realizar seu trabalho dividiu a turma em grupos de 4 alunos sem qualquer critério. (Observação participante, turma 01)

No início da aula, a turma estava terminando um trabalho passado para casa, que consistia em trazer uma imagem ou desenho de algum personagem do seriado "Sítio do Pica-pau Amarelo" do escritor Monteiro Lobato para fazer uma homenagem. Neste processo, o envolvimento da turma com a aluna surda foi quase inexistente. Notou-se um comportamento arrogante de uma colega de classe com a aluna surda quando ela solicitou o lápis de cor emprestado. (Observação participante, turma 01).

Ao investigar o tema gerador, nos permite selecionar os conteúdos que estejam, estreitamente, relacionados com a vivência de cada um. Desse modo, os temas gerados nascem do desejo coletivo e naturalmente impede uma decisão individual dos professores ou até mesmo definida, antecipadamente, por disciplinas de uma determinada área do conhecimento.

O tema gerador gera os conteúdos a serem estudado, discutido, debatido e problematizado, é através do processo pedagógico entre o tema significativo e os conteúdos que se pretende iniciar o aluno nos saberes construídos no seu cotidiano. Isto não significa necessariamente que o conteúdo seja determinado a partir da ordenação dos livros didáticos e dos programas oficiais, mas que seja um instrumento que contribua com o aluno para a compreensão do mundo natural e social.

A prática educativa baseada no tema gerador, bem como a construção de programas escolares, é uma proposta pedagógica concebida na capacidade de compreender o fazer, o pensar, o agir, o refletir, levando em consideração a realidade em que os sujeitos estão inseridos.

### 6.3 O círculo de cultura como prática educativa na educação dos surdos.

Na educação dos surdos, principalmente em turmas mistas, a prática educativa realizada através do Círculo de Cultura pode oferecer lugar de interação, acolhimento, dinâmica interativa através do diálogo em que os ouvintes e os surdos têm a possibilidade de ensinar e aprender no ambiente, o que permite o respeito mútuo, a troca de saberes e o trabalho

interativo em grupos. Neste espaço, a relação educador-educando é horizontal, ou seja, o educador aprende quando ensina e o educando ensina quando aprende.

O círculo de cultura não substitui a turma ou a sala de aula. Pelo contrário, é uma prática educativa em que o trabalho coletivo acontece com toda potência e onde se compartilha os saberes. A turma de ouvintes e surdos poderia se posicionar em círculo, onde todos se olham e se veem. Assim, nesse formato, todos participariam das atividades favorecendo a interação dos ouvintes e dos surdos. O educador teria o papel de coordenador, orientaria as discussões, mas não comandaria, pois, se há uma postura impositiva o círculo perde o sentido para a educação dialógica.

Ao continuar com as atividades, as aulas se voltam para a área de exatas com questões matemáticas. A intérprete não traduziu simultaneamente, ou seja, não interpretou no momento da fala do professor, fazendo com que a aluna surda ficasse em tempo ocioso enquanto os outros estão em processo de aprendizagem. (Observação participante, turma 01).

Nas turmas mistas o círculo de cultura poderia favorecer o processo de ensino e aprendizagem com temas geradores do cotidiano escolar, como a interação entre ouvintes e surdos na sociedade, inclusão social, saúde, cultura, entre outros, criando um processo natural de seleção dos conteúdos à medida que se discutem os temas geradores sem a necessidade de seleção antecipada de uma determinada área de conhecimentos.

Na turma 2, duas foram as situações observadas: a) Organizados em grupos, os alunos faziam a pintura de alguns desenhos. Quando foi ordenado o término, a professora lembrou sobre um jogo chamado *Matific* e perguntou aos alunos qual fase do jogo tinham sentido mais dificuldade. Os dois alunos surdos não participaram de nenhuma forma deste diálogo. b) Na aula de música onde se aprende a tocar flauta, os alunos surdos são responsáveis pela marcação de tempo. De certa forma, a algum tipo de "inclusão" mesmo sem os alunos não terem muita noção do que estão fazendo. (Observação Participante, turma 02).

Torna-se evidente que a utilização do círculo de cultura nas turmas mistas é o ambiente de diálogo ao transcender a prática educativa verticalizada, por promover a participação dos educadores e educandos na formulação de propostas de organização de espaços pedagógicos em que todos possam realizar a comunicação entre ouvinte e surdos.

6.4 Como criar uma proposta de educação dialógica na educação escolar para as pessoas surdas?

Algumas reflexões sobre a prática educativa na educação dos surdos, onde entendemos que o ensinar-aprender deve levar em conta a autonomia dos sujeitos sociais na construção de seus saberes. Esse fundamento da educação popular cuja relação dialógica na qual conhecimento e opinião do educador não deve esmagar a vivência e os saberes trazidos pelo educando. Devemos considerar que a língua de sinais deve ser preservada no sentido de estabelecer a comunicação dos surdos com a realidade que o cerca. Desse modo, o diálogo e o consenso entre os diferentes mundo é o caminho para a construção compartilhada do conhecimento.

Na educação escolar dos surdos questiona-se se esse diálogo vem sendo estabelecido. Na realidade a comunidade surda reclama que “as escolas regulares não têm dado conta de sua formação e que por isso as escolas de surdos devem ser consideradas como uma alternativa, [...]”. (SANTOS, 2009)

Ainda, acentua Santos (2009),

Ao contrário do que pensa a política de inclusão, exclusão ocorre quando se obriga os surdos a freqüentarem uma escola que desconhece suas reais necessidades educacionais, uma escola que não consegue lhes oferecer ambiente lingüístico em LIBRAS adequado para seu desenvolvimento.

Na aula de educação física, realizada na quadra esportiva, os alunos foram divididos em grupos para aprender a sacar no voleibol. A intérprete acompanha a aula de longe e os dois alunos surdos ficam sem orientação, visto que a professora não sabe Libras. Durante toda a aula, os dois alunos interagem como conseguem, imitando o que os ouvintes fazem ou ficando em segundo plano (Observação Participante, turma 02).

É notório que os professores da educação escolar não dominam a língua de sinais num nível suficiente para desenvolver suas atividades em sala de aula. Além do mais os programas das disciplinas prioriza a língua do falante em detrimento a língua de sinais que fica restrita ao intérprete e aos alunos surdos, sendo a interação do aluno surdo com os professores e colegas da escola desconsiderada, daí a dificuldade de estabelecer o diálogo.

Para a correção dos trabalhos a professora chama cada grupo para vistoriar a apostila. Percebe-se que a partir do momento que o aluno espera sua vez para a correção, a comunicação entre a turma e o aluno surdo é mais presente seja fazendo datilologia, mímica ou os próprios sinais. Com novos exercícios a resolver, surge uma indagação, pois a questão pede quantas sílabas tem as palavras e a Libras não se enquadra nesse processo, por isso o

instrutor explica o significado de sílaba e a partir disso utiliza a datilologia para resolver o exercício. (Observação Participante, turma 03).

Freire (2017) afirma que ensinar não é transferir conhecimento, compreende que ensinar é criar possibilidades para alcançar a autonomia do sujeito. Na educação dos surdos entende-se também a necessidade do sujeito ter a capacidade de organizar seu pensamento no seu cotidiano, a partir do qual terá autonomia para refletir e se posicionar a respeito do mundo, para isso faz-se necessário que o surdo disponha de algumas habilidades. A mais importante são as habilidades linguística. Com a linguagem construímos e estruturamos nossa forma de pensar. “Portanto, não é possível pensar numa prática educativa para o surdo sem se buscar oferecer a ele ações que viabilizem seu desenvolvimento linguístico, o que oportuniza a construção do seu pensamento crítico”. (SANTOS, 2006)

A professora ao pedir para os alunos realizar os exercícios de matemática se utiliza naturalmente da língua oral. Os exercícios possuem contas de multiplicação e foi informado que o aluno aprendeu até a tabuada de cinco, mas vemos que ele tem dificuldade em contar. A correção me chama a atenção quando o aluno erra uma conta e a docente tenta ensinar o certo sem saber o mínimo da língua de sinais. Depois do auxílio da intérprete, o aluno compreende onde errou. Por fim quero deixar registrado um momento curioso observado em que ele e o instrutor montam a tabuada e contam em libras (Observação Participante, turma 03).

Verificamos que mesmo com a interprete auxiliando os professores nas atividades, a presença da Libras no espaço escolar é esporádica, a prioridade na sala de aula privilegia o ensino da língua portuguesa oral e escrita. As atividades pedagógicas realizadas em classe constituem-se em adaptações das tarefas dos alunos ouvintes, o que acarreta uma situação de desconforto e como algo negativo para os surdos, pois partir da sua realidade favorece sua compreensão das atividades sugeridas.

A professora começa a aula pedindo para os alunos fazerem os exercícios de português, a intérprete é mais atenta em transmitir o que foi pedido ao aluno surdo que consequentemente presta mais atenção na interprete. Como o processo de aprendizagem é diferente, quando ele não sabe o que a palavra significa, a didática utilizada é mostrar uma imagem para que o aluno consiga relacionar tanto a palavra, como o sinal. Tendo mais relação com o instrutor e com a intérprete observei que este aluno é mais comunicativo do que os outros observados. No entanto, a relação da professora para com o aluno surdo é quase inexistente (Observação Participante, turma 03).

A educação escolar em turmas mista como proposta inclusiva deve proporcionar todas as possibilidades para o surdo desenvolver sua linguagem. Para a educação dos surdos são necessárias atividades pedagógicas diferentes das realizadas com ouvintes. “O currículo de uma escola para surdos deve ser organizado partindo de uma perspectiva visual-espacial, pois assim, garante-se ao surdo, além de acesso aos conteúdos na sua própria língua, acesso a estratégias pedagógicas visuais”. (SANTOS, 2006)

A educação escolar em turma mista para a inclusão dos surdos deve ter como princípio a língua dos sinais, pois sem ela não é possível estabelecer o diálogo no mundo dos ouvintes e dos surdos tampouco a dialogicidade do ato educativo (FREIRE, 2011).

## 7 CONCLUSÃO

Após a resolução desta monografia, pude observar que o campo da educação dos surdos é amplamente discutido e que com os artigos lidos pude aprender mais a respeito da Língua Brasileira de Sinais e da metodologia de ensino.

Um dos pontos discutidos no tema foi o processo de escolarização dos surdos que eram considerados incapacitados ao longo de muitos anos. Diversos lugares alegavam que os surdos eram amaldiçoados e isso fez com que esse pensamento se perpetuasse. Apesar de muito tempo os surdos serem marginalizados, médicos e sacerdotes religiosos começaram a pensar na educação dos surdos.

Atualmente, leis e políticas foram pensadas a fim de regulamentar a educação dos surdos e a Libras, mas também se observa a falta de profissionais capacitados nos espaços públicos.

Diante das pesquisas e dos argumentos apresentados, observam-se as dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos em ter seus conhecimentos valorizados na rede pública de ensino. Além de ter uma educação bancária instaurada, os alunos surdos não possuem uma relação dialógica com os (a) professores (a) e não possuem políticas públicas que favorecem totalmente seu desenvolvimento. As turmas mistas, propostas pelo Governo, não reconhecem sua língua materna como o meio principal de aprendizagem.

De acordo com os fundamentos da Educação Popular, o círculo de cultura e os temas geradores, por exemplo, poderiam possibilitar a inserção dos surdos a fim de reconhecer seus saberes.

Portanto, é neste sentido, que arriscamos a afirmar que os princípios da Educação Popular podem contribuir com a educação dos surdos a fim de torná-la mais autônoma e horizontal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 114p.

\_\_\_\_\_. **O que é Educação Popular**. 2015. Disponível em:  
<<http://ifibe.edu.br/arg/201509112220031556922168.pdf>> Acesso em: 3 dez. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em:  
<[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf)> Acesso em: 18 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)> Acesso em: 17 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)> Acesso em: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. 2013.

DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. **Aspectos históricos e socioculturais da população surda**. Rio de Janeiro, 2013.

DUTRA, Claudia Pereira et al. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: [s.n.], 2008. 19p.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo, Autores Associados: Cortez. 1985.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 55<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Política e educação**. São Paulo, Paz e Terra, 2018.

GONÇALVES, Humberto Bueno; FESTA, Priscila Soares Vidal. **Metodologia do professor no ensino de alunos surdos**. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET. 2013.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007.

LÓPEZ, Alberto. **Charles Michel de l'Épée, o pai da educação pública para surdos**.

Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279\\_562860.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279_562860.html)> Acesso em: 4 set. 2019.

MÓNICO, Lisete S et al. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa.** Atas CIAIQ, 2017.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. **História da educação dos surdos no Brasil.** Maringá, 2015.

SANTOS, Adriana Dantas Wanderley dos; BORDAS, Miguel Angel Garcia. **A educação do surdo e a pedagogia freiriana.** 2009.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos.** Florianópolis, 2009.